



## ATALHOS BATIDOS - A EMIGRAÇÃO NORLENHA PARA O BRASIL

Jorge Fernandes Alves

A corrente demográfica que se dirigia para o Brasil, desde a sua descoberta, manteve-se com a independência, ampliando-se o fluxo e ganhando novos contornos: os colonos viram emigrantes. Caracterizar e matizar esta corrente migratória, acentuando o papel crucial que desempenhou na sociedade portuguesa dos últimos dois séculos, são os objectivos do presente texto.

No princípio eram alguns homens que circulavam. Marinheiros que criaram afectos e interesses lá, onde a madeira ganhava tons mais quentes e a palavra Brasil se tornou nome da terra. Depois a prática de uns poucos tornou-se padrão de comportamento e o Brasil passou a inscrever-se como destino na formação social do Noroeste português. O florescer do ouro nas Minas e o desenvolvimento do comércio no litoral brasileiro incentivaram à partida e milhares de portugueses saíam anualmente a tactear a sorte, animando um importante tráfego veleiro. O fim da colonização e a independência do Brasil mudaram as condições institucionais mas os trilhos estavam sulcados e a transferência de pessoas não só manteve as tendências anteriores como ganhou incremento e tomou novos cambiantes. Os colonos tornaram-se emigrantes.

Se a palavra colono arrasta uma semântica de dominação e de acção colectiva, a palavra emigrante conota-se com desprotecção, individualismo e fragilidade. Traições de língua falada e de representações interpretativas, diriam os respectivos protagonistas. A partida massiva de gentes do Norte para o Brasil já pelos séculos XVII e XVIII se assumia como forte risco individual em todos os sentidos, fora da acção concertada de governos, como é vulgar exigir-se à colonização. E, com o decorrer do tempo, a estruturação de uma cultura de emigração permitiu tirar proveito de afinidades, concertar redes de apoio e de trabalho, tornar operativo o conceito de arrumação, pelo qual emigrantes já instalados recebiam e orientavam conterrâneos que lhes eram recomendados por cartas de parentes, conhecidos e correspondentes comerciais. Pode até dizer-se que, com o crescimento económico brasileiro, a crescente urbanização e as profundas alterações técnicas ao nível das comunicações (navegação, correios, telégrafo), se tornaram mais proveitosas as condições da emigração oitocentista do que as verificadas no período colonial.

Por um lado, ampliou-se a "informação" sobre o Brasil, que antes repousava essencialmente nas relações comerciais, no corpo de marinheiros que assegurava as carreiras de veleiros, na palavra e exemplo dos retornados, os chamados "brasileiros", surgindo, no século XIX, um elemento informativo determinante - a imprensa. Os diários de maior circulação no Brasil da

segunda metade do século XIX tinham em Portugal correspondentes, alguns não só em Lisboa mas também no Porto: se eram importantes as notícias político-sociais da Corte, não se podia esquecer que uma parte significativa dos leitores dos jornais brasileiros eram os comerciantes do Rio de Janeiro e outras praças comerciais, muitos deles originários do Porto, onde mantinham relações económicas, faziam investimentos e sobre cuja região queriam acompanhar as novidades. Posições simétricas se passam na imprensa portuguesa: basta ver, por exemplo, O Comércio do Porto em que uma primeira página por semana é dedicada ao Brasil, numa minúcia noticiária que às vezes se prolonga para a segunda página e em que há sempre espaço para informação sobre os portugueses lá residentes. E surgem mesmo iniciativas jornalísticas para ocupar este mercado de leitores luso-brasileiros, de que o exemplo mais significativo é a Correspondência de Portugal, publicação que procurava a síntese noticiosa e pretendia circular em Portugal e no Brasil, objectivo que outras publicações diárias (por ex. O Diário Mercantil, com o subtítulo Jornal diário político, literário, industrial e agrícola de Portugal e do Brasil) ou periódicas (ex., entre tantas, A América - Órgão ante os poderes públicos de Portugal dos interesses portugueses no Brasil e no Rio da Prata, ou A Ilustração - Revista quinzenária para Portugal e Brasil) também ambicionaram.

Por outro lado, a crescente monetarização da economia tornava os ganhos da emigração mais decisivos no microcosmos rural. Os camponeses do século passado, se obtiveram a propriedade plena dos seus campos através dos processos liberais de desamortização e de remissão de foros, viram-se estrangidos por um forte endividamento imposto pela exigência de investimentos domésticos para aquele efeito. Endividamento que se desenvolveu já no contexto de importantes alterações nas práticas creditícias, com a substituição das tradicionais confrarias que emprestavam pequenas quantias a juros módicos e sem prazo (com dívidas que se arrastavam ao longo de gerações) pelas novas instituições de crédito de natureza bancária ou por especuladores particulares que ajustavam o juro à oferta local de moeda e faziam da hipoteca, segundo a nova legislação, a chave do crédito. Mas as crises agrícolas sucediam-se: primeiro as pragas da vinha, depois a concorrência ultramarina nos cereais e na carne de bovinos, à medida que se revolucionam os transportes e as condições de conservação (situação que eliminou a importante exportação nortenha de gado para os países do Norte, em especial a Inglaterra). Nestas conjunturas, só com uma sábia gestão se superava o limiar da sobrevivência nas casas agrícolas, roçando-se a indigência nas unidades mais pobres, com a ameaça hipotecária sempre a pairar. Dessa gestão emergia a necessidade de distribuir os diversos filhos para profissões exteriores à empresa agrícola e nesses destinos o mais provável era o da emigração para o Brasil, pois uma economia em crescimento, como era a brasileira, onde se radicavam familiares e conhecidos, sempre apresentava maiores expectativas de inserção positiva. Ensinar as primeiras letras aos rapazes, mandá-los tirocinar no comércio do Porto e outras cidades e vilas (Guimarães, Braga, Vila do Conde, Póvoa de Varzim) ou, em alternativa, ensinar-lhes um ofício tradicional vulgarmente ligado à construção - pedreiro, carpinteiro, estucador, marceneiro, etc.), eis preocupações genéricas nas famílias do Noroeste português, numa acção preparatória e selectiva da emigração. Preocupações desenvolvidas na esperança de uma melhor inserção do emigrante na sociedade brasileira e nos eventuais refluxos monetários que viessem, de algum modo, ajudar a família remanescente em Portugal. O retorno do emigrante com algum pecúlio que pudesse ser investido na exploração agrícola era a situação mais desejada, ainda que o acto de emigrar se configurasse frequentemente como um acto de conflitualidade intra-familiar, acto paternal decidido em tenra idade do emigrante (a moda etária fixava-se nos 13/14 anos no Porto oitocentista) que implicava uma selecção dos mais fortes e activos dos filhos para os "impor" para fora de casa. O Brasil era, então, o destino procurado de toda essa juventude, melhor será dizer o Rio de Janeiro e o seu comércio (e em menor escala outras cidades comerciais). Camilo Castelo Branco, sempre perspicaz na sua ironia, traduzia melhor que ninguém o sentido desses destinos familiares: "Em geral à grande

fecundidade dos casais minhotos presidia a ideia de gerar rapazes para a rua da Quitanda como outrora no tálamo dos lavradores abastados se pensava muito em fazer frades beneditinos."

A fuga ao serviço militar desempenhava um papel crucial nestas práticas emigratórias: dadas as condições de grande desigualdade na obrigação de prestar recruta (que durava cerca de seis anos), e que, até aos anos 80, podia ser contornada por apresentação de substituto ou pagamento para remissão da obrigação, legitimava socialmente as famílias mais pobres a enviarem cedo os filhos para o Brasil, antes da prestação das primeiras garantias do seu cumprimento (a fiança), antecipando-se cada vez mais a partida à medida que a lei baixava a obrigação dessas garantias. A emigração de jovens era, em termos estatísticos, dominante, se bem que o Brasil fosse procurado por muitos adultos com família que partiam na esperança de em poucos anos acumularem poupanças que permitissem investir na terra (libertarem-se da hipoteca, alargar o espaço fundiário ou construir habitação, de forma a viabilizar a exploração, montar pequenos negócios no comércio de retalho ou na indústria), adultos que desenvolvem uma emigração de vai-e-vem, deixando a família que se amplia à medida das suas vindas a Portugal, praticando ciclos migratórios de poucos anos (geralmente três ou quatro), reemigrando de forma irregular, à medida das necessidades familiares.

O destino brasileiro tornou-se, assim, hegemónico na mobilidade transatlântica dos portugueses do século XIX, com uma tendência crescente, logo após a independência: durante muito tempo centrado essencialmente no Norte Litoral, com vários milhares de emigrantes a saírem anualmente, o volume anual da emigração sobe gradualmente para as várias dezenas de milhar, para quase chegar ao patamar da centena de milhar por ano nos inícios da segunda década do século XX. Para esta transformação quantitativa não bastavam já as práticas de reprodução familiar típicas do campesinato do Noroeste, o qual via no Brasil uma boa colocação para a mão-de-obra familiar que excedia as necessidades na unidade agrícola ou para os comerciantes que enviavam filhos e caixeiros ao cuidado de correspondentes: desde os primeiros tempos da independência, particularmente depois de 1830, quando das primeiras ameaças ao tráfico negreiro, que o Brasil procurava europeizar a sua mão-de-obra e, a partir de iniciativas particulares numa primeira fase e do Estado depois dos anos 50, promovia uma atracção de imigrantes europeus, sob a figura contratual de locação de serviços. Desenvolve-se, assim, uma corrente migratória de novo tipo, destinada à agricultura das grandes plantações e às grandes obras públicas, que se desenvolve paralelamente ao fluxo tradicional virado para o comércio e ofícios.

Esta política de "engajamento" de colonos, desenvolvida tanto por particulares como por agências criadas para o efeito sob os auspícios do governo brasileiro procura atrair essencialmente jovens rurais ou casais com encargos familiares, de origem europeia, que se fixassem no interior e não cedessem à tentação de abandonar as situações contratuais e fugirem para as cidades. Se a principal direcção de recrutamento deste tipo de imigrantes se centrou nos Açores, para onde desde cedo se dirigiam veleiros em reciclagem do tráfico negreiro, também depressa chegaram ao Norte de Portugal, bem como a outros países europeus. As condições leoninas subjacentes a estes contratos, nomeadamente os adiantamentos de dinheiro ainda antes da partida que criavam dívidas com o objectivo de prender definitivamente os colonos ao fazendeiro, levantaram grandes clamores nos países de emigração (nomeadamente a Alemanha, mas também Portugal), pelo que serão substituídas a partir dos anos 70 do século passado por políticas mais abertas e flexíveis de atracção de mão-de-obra imigrante, através de viagens pagas e de estímulos à fixação como encargos do governo brasileiro, contexto que favoreceu a grande vaga de emigração massiva que se desenrolou entre 1880-1914, essencialmente com origem nos países mediterrânicos, mobilizador das camadas rurais mais empobrecidas. É, por esta altura, que a emigração portuguesa, incapaz de fornecer a mão-de-obra camponesa suficiente para a economia do café, se sente ameaçada no seu relativo controlo do mercado de

trabalho brasileiro, com a ameaça de predomínio de outras nacionalidades (particularmente a italiana).

Durante o século XIX verificaram-se, assim, em paralelo dois destinos da nossa emigração para o Brasil, social e economicamente distintos. Um de forte enraizamento tradicional, ligado ao ascendente conotado com a língua, com laços de família e de vizinhança e ao facto de os portugueses dominarem na realidade certos sectores do mercado de trabalho, como era o caso tanto do grande comércio de origem colonial como do pequeno comércio de retalho e manterem ainda posições importantes na construção civil, na organização bancária e seguradora, nos transportes, situação que leva à fixação urbana dos portugueses que para ali se dirigiam e/ou eram atraídos por compatriotas que lhes ofereciam trabalho e neles recrutavam os futuros sócios ou continuadores dos seus investimentos, como forma de garantirem as verbas convenientes por altura da retirada dos negócios, neles seleccionando muitas vezes os genros para casar as suas filhas. Diverso era, porém, o destino dos trabalhadores angariados para os trabalhos das fazendas rurais, que evoluíam num mercado de trabalho desqualificado, numa relação salarial de baixo nível, conotado durante séculos com a tradição do trabalho escravo, que agora substituíam, enfeudados longamente à fazenda para que tinham sido contratados. É certo que muitos acabavam por desembocar nas cidades, quando não fugiam aos contratos logo na altura do desembarque, mas isto acontecia numa situação de desprotecção, quando não de marginalidade, de caso policial mesmo, e o destino profissional, sem o apoio da tradicional "arrumação" dos instalados, raramente poderia passar dos níveis inferiores da escala social.

Conforme a focalização, assim divergem as representações sobre a situação migrante no destino brasileiro. É sabido que o campo representacional é, desde logo, decisivo no contexto que induz à partida as massas populacionais e a atracção brasileira sobre os portugueses constitui um dos melhores exemplos deste tipo de problemática. Longe de uma reflexão metódica ou de elaborados cálculos, as razões que pesaram na manutenção de uma sistemática emigração para o Brasil derivavam de intuições sustentadas por uma longa história de emigração, onde o calor da imaginação efabulava riquezas, a que o retorno de "brasileiros" endinheirados dava consistência, mas havia também a percepção da existência de um mundo aberto aos valores do individualismo que propiciava a construção de uma modernidade social, que, pelo século XIX, ganhava contornos emulativos em relação aos Estados Unidos, e que significava a libertação para o emigrante de um mundo ainda pautado por fortes constrangimentos marcados pela reprodução social, onde a mobilidade social não tinha lugar. Convites ou desafios de parentes e amigos eram o fio condutor que ajudava a operacionalizar a partida, numa prática que autores da época consideravam como uma "rotina colectiva que leva os povos a preferirem, nos seus actos, sempre os atalhos batidos", incapaz de suster-se por qualquer campanha dissuasora ou por quaisquer meios repressivos (L. Flores). Mas tratava-se também de algo mais, da existência de uma verdadeira malha de interesses que ajudava a sustentar as posições portuguesas no Brasil, num quadro em que se torna visível o conceito de rede ou de cadeia migratória, desenvolvida ao longo de gerações, como suporte das estratégias familiares que produziam uma emigração em massa, particularmente de jovens ainda sem capacidade de afirmação pessoal, diluindo-se tais contornos com a atracção massiva de outras correntes mediterrânicas ao Brasil e o desenvolvimento económico e social de outras regiões, para lá do tradicional Rio de Janeiro.

Mas durante muito tempo foi possível falar-se de uma emigração de certo modo privilegiada, destinada a segmentos importantes do mercado de trabalho brasileiro, ligados à actividade comercial em geral, à qual se veio juntar uma emigração de trabalhadores intelectuais, que viam no Brasil oportunidades de trabalho que em Portugal não encontravam ou que razões políticas aconselhavam a partir. Numa outra linha, podia no entanto falar-se de uma emigração de iludidos (para já não falarmos das decepções que muitos "recomendados" tinham à chegada com as

recepções dos seus patrícios), por parte daqueles que, pelo comum dos sentidos, viam também no Brasil um horizonte económico mas que partiam sem qualificações e desprotegidos, manietados pelos contratos de locação de serviços ou por iniciativa própria, sem quaisquer apoios com vista à eventual arrumação comercial, pois eram particularmente atraídos por "engajadores" ligados às agências de imigração brasileiras ou das companhias de transporte subsidiadas. Assim, a investigação que se debruce sobre relatórios oficiais e fontes de origem policial tem informação abundante para construir quadros históricos de desolação e dramatismo, com feridas de vários tipos onde cabem a dependência, a marginalidade, o sofrimento pessoal, a miséria. Enfim, representações que correspondem a realidades e percursos distintos, embora haja a tendência, acrescida nos tempos do romantismo oitocentista, para conectar a emigração com situações dramáticas pelo que ela implica de separação de indivíduos e famílias e de incapacidade nacional para absorver o potencial demográfico próprio. Daí que nos discursos intelectuais a emigração tenha sido apresentada, ao longo dos dois últimos séculos, como uma das melhores expressões da patologia social da nação portuguesa, embora em países como a França se lamentasse não existir o potencial emigratório de outros.

Da situação de partida e das condições de integração na sociedade de recepção dependem projectos e realidades no que se refere ao retorno, que verificados em jovens sem encargos familiares são naturalmente muito vagos e frequentemente reelaborados no decorrer do percurso pessoal e das suas vicissitudes. Por isso se lamentava, no século passado, a dispersão do português, o seu carácter aventureiro que o aproximava de outras raças ou nacionalidades e o levava a casar e estabelecer-se em paragens longínquas, criando laços através da organização de uma nova família de que se torna o responsável e do investimento em propriedades que o ligam em definitivo à terra de adopção. Mas o mesmo se poderá dizer quando os emigrantes vão em família ou procedem posteriormente ao seu reagrupamento, esquecendo a terra de origem, guardando dela mágoas e ressentimentos. Em termos probabilísticos, seria mais positivo para um país de emigração que os seus emigrantes fossem casados, deixassem a família na terra, para qual enviariam mesadas e tenderiam a reunir-se-lhe ao fim de algum tempo de aforro. Do ponto de vista estritamente político, quando se é incapaz de aproveitar a emigração como uma "força civilisadora", na expressão de Eça de Queirós, isto é, fazer dela um instrumento útil à expansão comercial, que o mesmo é dizer cultural, prevalece o interesse de mais curto alcance: ir buscar algum dinheiro para contribuir para a balança de pagamentos, negligenciando-se a qualidade da emigração, o seu papel de agente cultural e o direito dos indivíduos à mobilidade geográfica e social numa sociedade liberal. Ora essa posição de incapacidade de controlar quantitativamente a emigração e de favorecer os seus reflexos monetários prevaleceu longamente na legislação que, ao longo do século XIX e XX, foi produzida para a policiar e enquadrar.

Mas não há arrumações definitivas no equacionar dos problemas da emigração. Contra todas as expectativas muitos emigrantes casados não voltaram, pelos motivos mais diversos, também por cá se conhecendo as "viúvas de vivos" cantadas por Rosalia de Castro na Galiza. E muitos que partiram jovens regressaram, uns ao fim de pouco tempo, outros só ao cabo de algumas décadas, já entrados na idade. Uns com exíguas poupanças, abrasilaram apenas os seus hábitos, outros com economias relativamente significativas, de forma a ganharem a iniciativa económica e social no retorno, verdadeiramente "brasileiros" na expressão popular. No total terão prevalecido níveis de retorno que apontam para os 40-50% relativamente às partidas.

Para muitos, o sucesso na emigração terá sido a integração plena na sociedade de adopção, esquecendo o retorno, enquadrando-se no mercado de trabalho, ascendendo a situações de direcção ou de patronato nas actividades económicas, investindo no imobiliário ou em terras, criando família, participando na vida colectiva e em actividades públicas, vendo a segunda geração a ganhar espaço social no Brasil. Vamos encontrá-los em todos os estratos sociais,

nunca faltando nas elites. Se isto era verdade por 1850, continuava a sê-lo por 1930, tal como se dizia num artigo do Diário Português, do Rio de Janeiro (15.7.1933), na toada destes tempos, preocupada com a afirmação da raça, reagindo a afirmações de Salazar sobre a subalternização dos portugueses no Brasil: (...) "nós possuímos no Brasil as nossas 'elites'. Engenheiros, médicos, advogados, professores, jornalistas, homens de letras, industriais, banqueiros, artistas em todos os campos estéticos, comerciantes de espírito progressivo, segundo a orientação moderna do espírito de comerciar, Portugal tem deles em todo o Brasil um grupo numeroso e brilhante, que honra o nome da Pátria".

A importância quantitativa de retorno e as suas configurações qualitativas impedem-nos, assim, de seguirmos os estereótipos interpretativos do passado que procuravam reduzir o retorno e outros reflexos a quase nada e as partidas a quase tudo, isto é, a dramatizar política e ideologicamente a emigração, numa leitura de decadência nacional que recupera as imagens organicistas dos tempos mercantilistas, em que a saída de gentes é vista como a sangria que esvai a nação, urgindo contê-la e direccioná-la. Para nós, a figura do "brasileiro", enquanto emigrante de retorno, também não pode reduzir-se à caricatura literária que nos ficou dos textos de Camilo Castelo Branco, um labrego do Minho caldeado em adereços tropicalistas e montes de libras. Sendo o retorno quantitativamente significativo é preciso reconhecer uma grande diversidade de situações, quer nas situações concretas que produziram o retorno, quer no espaço para onde o ex-emigrante volta ou ainda no tempo em que tal se verifica. E tudo ligado naturalmente às condições originais da partida para o Brasil e da recepção ali observada.

Estadias de curta duração (em torno dos três ou quatro anos) correspondem à maioria dos retornos, pelo que em termos económicos só podiam traduzir-se em pequenas verbas de aforro, ainda que determinantes para a afirmação pessoal na compra, investimentos ou desoneração de dívidas em pequenas unidades agrícolas, estabelecimentos comerciais ou oficinais. Mas estadias de uma ou duas dezenas de anos no Brasil devolviam-nos "brasileiros" em plena idade activa, em torno dos trinta anos, com uma formação profissional derivada de uma inserção profissional precoce (em volta dos 12/13 anos), que cortou cedo com o horizonte paroquial e com o amparo paterno e favoreceu a formação de adultos em contacto com negócios e práticas comerciais, adquirindo cultura profissional alargada e o desenvolvimento de qualidades assertivas à custa de esforço individual e do contacto com outros povos e hábitos que uma terra de imigração propiciava. Uma vez reinstalados em Portugal, vamos encontrá-los em tudo o que é actividade económica. Retornam uns à lavoura, reorganizando explorações agrícolas, dilatando-as ou arredondando-as por aquisição de parcelas próximas, construindo ou recompondo habitações de tipo mais salubre e mais amplas, valorizando a iluminação interior através de forte implantação de vidro, explorando e canalizando águas, multiplicando jardins domésticos, isto é, mais capazes de aplicar e difundir as novas técnicas de construção de acordo com as preocupações higienistas do seu tempo, mais do que difundir estilos em torno dos quais se criou também um estereótipo traduzido na obsessiva referência à "casa do brasileiro", quando na realidade o "brasileiro" faz construir casas com novas funcionalidades e, normalmente, deixa os pormenores arquitectónicos a construtores e desenhadores locais, salvo um outro elemento simbólico a mostrar o seu apego ao Brasil. Casas novas que utilizam traças e materiais da industrialização nascente (vidro, ferro, figuras alegóricas ou zoológicas a encimarem terminações e vindas das linhas de produção das fábricas de cerâmica do Porto e Vila Nova de Gaia) e que ficam na tradição local como "casas de brasileiros" essencialmente porque são estes que apresentam disponibilidades financeiras para tal e só raramente por razões estéticas. Nesta perspectiva ajudam a dar novas configurações ao urbanismo das vilas minhotas oitocentistas então promovidas a sedes de concelho (Fafe, Famalicão, S. Tirso, Póvoa de Varzim são exemplos, a par de determinadas urbanizações do Porto). Por iniciativa própria ou por pressão da opinião pública alguns avançam para iniciativas industriais, com o objectivo mais de criar trabalho do que de obter lucros, pois são solicitados publicamente para criarem fábricas:

vários estabelecimentos industriais de lanifícios, de algodão, de serração de madeiras, de laticínios do Norte de Portugal devem-se à iniciativa de brasileiros, por investimento pessoal ou societário, o mesmo acontecendo em algumas iniciativas mineiras. Para efeitos lucrativos, sabem, como toda a gente da época, que em Portugal se devem comprar títulos de dívida pública, mais seguros pela rentabilidade regular do juro, ou avançar para a criação de bancos ou seguradoras sob a forma de sociedades anónimas, não se podendo ainda esquecer o seu papel no "boom" de criação destas empresas financeiras na segunda metade do século XIX. Vindos do Brasil, com alguns a viajar pela Europa, acreditam também no crescimento das empresas de transporte, assumindo papel determinante na criação de transportes urbanos sob a forma de "carros americanos" (depois eléctricos) no Porto ou Coimbra, em algumas linhas ferroviárias, comprando acções ou administrando empresas criadas para o efeito (exemplo da linha Porto - Póvoa de Varzim), apresentando ainda visibilidade em sociedades de navegação (na fase dos veleiros, com tentativas também na navegação a vapor). Hóteis, estalagens, casas de comércio constituem iniciativas mais isoladas e por isso mais numerosas.

Torna-se, assim, impossível negligenciar o papel de iniciativa económica dos "brasileiros" da emigração, embora só estudos de micro-análise o revelem, por identificação pessoal de ex-emigrantes, pois esta situação não se traduz num qualquer estatuto que o diferencie dos restantes na burocracia oficial, salvo a nobilitação de uns tantos que o governo português promoveu para criar mais uma fonte de rendimento - os direitos de mercê - e estimular a beneficência (doações para asilos, hospitais, misericórdias, confrarias), apesar de esta se desenvolver por si mesma, no âmbito das práticas de religiosidade tradicionais ou do espírito laicista (a criação de escolas). Escolas e imprensa (nacional e, sobretudo, local) são objectos de particular atenção dos "brasileiros" que sabiam, como ninguém mais, a importância pessoal do capital humano, afinal a única riqueza que podiam levar consigo para o Brasil e que constituía a plataforma de base para vir a alcançar o sucesso na vida profissional. Por isso promoveram e contribuíram monetariamente para a criação de escolas, quer no Brasil através das associações de portugueses, quer em Portugal, cujo parque escolar muito ficou a dever aos emigrantes de retorno, particularmente através da construção dos edifícios e, mais tarde, do estabelecimento de cantinas escolares. Mas bastaria uma só expressão - "remessas monetárias" - que, sob a forma de mesadas à família ou de verbas de retirada, equilibraram sucessivamente a nossa balança de pagamentos, para dar visibilidade e um sentido colectivo insubstituível ao esforço individual dos emigrantes.

Quando se perspectiva historicamente a emigração, se dos movimentos gerais se descer aos protagonistas e tentarmos apreender as representações e acções do lado do emigrante, temos de reconhecer que a emigração em si não se pode equacionar de uma forma linear como um mal para a Nação, considerando esta como um agregado de indivíduos unidos por uma identidade colectiva. Superando os obstáculos administrativos criados pelos mecanismos legislativos e policiais, respondendo ao instinto individual de afirmação, ainda que enquadrada por constrangimentos de ordem social e económica e por estratégias de reprodução social de natureza familiar, a emigração é na verdade uma "exportação de trabalho e de inteligência", como dizia Mendes Leal em 1868. Mas, para este autor, tal não significava perda, mas sim "deslocação de forças, pois que estas forças quanto mais acham favorável o terreno mais depressa se convertem em capital que activa a indústria e a riqueza comum", reconhecendo assim o papel crucial que os "brasileiros", como emigrantes do Brasil, tiveram na sociedade portuguesa dos últimos dois séculos.

Bibliografia básica:

**ALVES, Jorge Fernandes - Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista, Porto, 1994.**

**ARROTEIA, Jorge Carvalho, Emigração Portuguesa - suas origens e distribuição, Lisboa, ICLP, 1983.**

**FLORES, L. L. - Estado do Rio Grande do Sul, Lisboa, A. M. Pereira, 1898.**

**PEREIRA, Miriam Halpern, A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.**

**SERRÃO, Joel - A Emigração Portuguesa, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.**

**SILVA, Maria Beatriz Nizza da - Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, Rio de Janeiro, Nórdica, 1992.**



**triplov**  
.com

PORTUGAL